

Memórias da luta e lutas pela memória

David José Caume*

Introdução

ESTE TRABALHO INSERE-SE NA PERSPECTIVA de analisar como os “assentamentos de reforma agrária” têm se constituído enquanto objetos de intervenção por um conjunto de instâncias sociais (Estado, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST], sindicatos e agentes religiosos, em especial) que visam agenciar politicamente esses espaços, trabalhando no sentido de enquadrá-los sob específicas formas de organização e estruturação e modelá-los a determinados modos de pensar, agir e sentir dos homens e mulheres que ali vivem.

Em particular, investigo como no interior de um espaço circunscrito – o Assentamento 16 de Março – a (re)produção da memória de um grupo social adquire objetivos estratégicos de controle e hegemonia política sobre esse espaço.¹ Partilho, portanto, das proposições

* Professor da Universidade Federal de Goiás.

¹ Em outro trabalho, analisei especificamente como o MST articula um conjunto de estratégias (a intermediação de financiamentos públicos, o incentivo à cooperação agrícola, a organização de núcleos organizativos) devotadas a (re)produzir os assentamentos como espaços prontamente mobilizáveis para a luta política de transformação da sociedade brasileira almejada pela Organização (Caume, 2002a). Em minha tese de doutorado perscrutei, ainda, o agenciamento do espaço escolar, a procura por controlar os processos de transferência de lotes, as práticas discursivas e não-discursivas especificamente direcionadas aos jovens e mulheres e a politização das atividades de lazer e de convívio comunitário como práticas estratégicas do MST nos assentamentos (Caume, 2002b).

de Michael Pollak que ajudam a entender esse trabalho de produção e difusão da memória coletiva em uma abordagem crítica, enquanto processo de dominação ou violência simbólica e enquanto inserido numa batalha pela imposição da memória legítima. Assim, a memória de um grupo social é analisada inserida num campo de disputas, de enfrentamentos pela imposição, afirmação e legitimação de um determinado “regime de verdade” sobre o passado (Pollak, 1989).

Verifico como o processo de (re)produção de uma dada “memória da luta” do grupo social investigado insere-se num jogo conflituoso de verdades, num espaço marcado por uma “batalha de discursos e através de discursos” (Foucault, 1977, p. XII). Discursos que dizem e fazem ver, discursos que, ao olhar do investigador, não interessa se são falsos ou verdadeiros, reais ou ilusórios, certos ou errados. Interessa entender como funcionam e de que maneira estão articulados a técnicas de poder, de seleção/exclusão dos homens e mulheres, crianças e adultos, inseridos nesse universo; agenciando e regulando o espaço social em conformidade com precisas orientações.

Trabalho de produção e difusão de uma determinada memória coletiva que, portanto, está intimamente articulado a objetivos do presente e constitui expressão das lutas simbólicas pela instituição do real. A legitimação de um dado passado se insere num campo de disputas pela própria imposição da definição legítima do mundo social, onde está em jogo o monopólio da violência simbólica, “o poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social” (Bourdieu, 1989, p. 12).

Campo conflituoso em torno da memória coletiva de um grupo social que, no caso do Assentamento 16 de Março, é expresso em torno de duas (re)construções do passado da “luta pela terra” em dissonância: por um lado, uma memória hegemônica, que tem como centro irradiador o MST e que ressalta a unidade do grupo, o passado comum de lutas, o pertencimento à organização MST, enfim, a memória que trabalha no sentido de (re)produzir a identidade sócio-política do “sem terra” e de afirmar a necessidade de que o assentado, respaldado no exemplo das lutas do passado, continue a pertencer às fileiras do MST; por outro, emerge uma memória politicamente subalterna, subterrânea, que tem como núcleo de produção e difusão aqueles assentados não

afinados com as diretrizes do Movimento no Assentamento 16 de Março – designados, nos conflitos simbólicos internos, como “parceiros” e “filhos de parceiros”.

Quais são e como concretamente operam no cotidiano do Assentamento 16 de Março as práticas discursivas e não-discursivas que visam edificar e perenizar a vinculação político-ideológica dos assentados ao MST? Quais são marcos recorrentes dessa memória hegemônica? Quais são seus objetivos estratégicos? Como, em contrapartida, opera a memória dissidente? Quais são os outros marcos de (re)estruturação do passado? Que interesses específicos procuram afirmar no campo de disputas políticas que se desdobra no cotidiano do Assentamento?

Esse conjunto de interrogações constitui o eixo de minha narrativa. Meu propósito, portanto, não é revelar a história verdadeira ou provar que o passado é tão somente uma construção falseada determinada pelos interesses políticos do presente; procuro, ao invés, dar visibilidade a como a própria (re)construção do passado é feita a partir de diferentes perspectivas orientadas por debates e disputas em que se envolvem os sujeitos sociais no presente.

Com esses objetivos, componho uma narrativa de conflitos a partir do conflito de narrativas sobre o passado construídas pelos próprios agricultores pesquisados. Isso foi metodologicamente viabilizado através do uso preferencial de estratégias narrativas livres em meu trabalho de campo – “relatos orais de vida”, na medida em que permitem apreender os distintos significados que os indivíduos atribuem à identidade coletiva de “assentados” e reconstituir sua trajetória social.² Embora tenha possibilitado aos entrevistados liberdade total de expressão para relatarem aquilo que considerassem mais significativo em suas reminiscências pessoais, solicitei que abordassem, de modo especial, determinados aspectos ou *fases* da sua vida, como as condições sociais de existência anteriores ao engajamento na luta coletiva pela terra, o “tempo de acampamento” e a vivência cotidiana no assentamento.

² O uso sociológico da “história de vida” implica no estabelecimento das relações entre experiência individual e sociedade, objetivando com essa técnica reconstruir a trajetória de um coletivo, “reconstruir uma experiência humana vivida em grupo” (Marre, 1991, p. 89).

O uso de “histórias de vida” (num sentido metodológico mais flexível) na investigação sociológica mostrou-se um importante instrumento de configuração do assentamento como um espaço de caráter conflituoso, na medida em que tal técnica propiciou dar visibilidade às narrativas polifônicas ou multivocais, às múltiplas apreensões da história e do presente construídas a partir de diferentes lugares e posições sociais.

A (re)produção da “memória da luta” como objeto de preocupação do MST

A emergência dos “assentamentos de reforma agrária” como objeto de preocupação e de ativa intervenção do MST se deu na segunda metade da década de 1980, quando esses espaços sócio-produtivos passaram a ser considerados peça estratégica no debate político da reforma agrária e no projeto de transformação política da sociedade brasileira. Objetivados a partir de interesses bem definidos, os assentamentos se tornavam matéria de uma discursividade que os tomava como uma espécie de territórios de utopia, agenciados por uma “preocupação em enclausurar este espaço, em dar-lhe um sentido, um rosto, um significado [...] uma preocupação de marcá-lo com sonhos e ações humanas, de sedentarizar os homens, para construir uma nova sociedade e uma nova cultura” (Albuquerque Jr., 1999, p. 200).

Na busca de realização de lucros estratégicos de diferentes dimensões (controle político, viabilização econômica, construção de um “novo homem” e de uma “nova mulher”), através de múltiplas técnicas e procedimentos, o MST intervém nos assentamentos no intuito de construir e modificar tanto as relações sociais que se (re)produzem nesse espaço social, quanto as percepções que os indivíduos têm de si mesmos.

Os assentamentos emergem como objeto de atenção para o Movimento enquanto um “espaço geográfico que devemos ter um controle e devemos apresentá-lo da melhor forma”. Controle político e da vida social considerado necessário “para manter a articulação entre todas as famílias / Para dar respostas políticas rapidamente / Para produzir e auto sustentar as lutas, quadros e o MST / Para extrair novos quadros / Para integrá-los à luta estratégica.” (Bogo, 1999, p. 12)

Tornar os assentamentos exemplos para a sociedade de que a vida pessoal e social pode ser regida por novos valores e relações é o objetivo do Movimento. Isso implica um conjunto de práticas materiais e simbólicas nas várias dimensões da existência humana que procure produzir o que se julga como sendo o comportamento político, produtivo e moral mais adequado aos agricultores. “Depois de ocupar e produzir a terra, passar a fertilizar novos homens, novas mentes e novos corações” é o que o MST se coloca como tarefa no interior desses espaços sociais, assumindo o papel de um agente civilizador de indivíduos (des)qualificados como “massa com baixo nível de consciência” (MST, 1999a, p. 12). Fenômeno que abarca o enquadramento de comportamentos, condutas e atributos definidores de uma nova identidade social. Um trabalho material e simbólico que envolve toda uma difusão discursiva no sentido de desqualificar, estigmatizar e silenciar determinados comportamentos e pensamentos – amalgamados no que designam por “ideologia camponesa” – considerados inadequados.

O MST age material e discursivamente para que, após a conquista da terra, os trabalhadores não percam sua identidade de “sem terra” e compreendam que a “a luta não chegou ao fim”. Desencadeia-se, assim, um conjunto de ações que visa vincular politicamente o novo agricultor com a organização, produzindo um “lutador permanente”. Ou seja, que o assentado continue a ser um “sem terra”, identidade conferida não pela propriedade do bem fundiário, mas pelo seu pertencimento a uma organização coletiva e engajamento em uma luta de transformação social. “Ser do Movimento significa participar não apenas da luta pela terra, mas também de uma organização com objetivos sociais e políticos mais amplos, que cada vez se multiplica em novas dimensões de atuação e complexifica suas formas de mobilização e suas estruturas de participação” (Caldart, 2000, p. 129).

Políticas como de “embelezamento dos assentamentos”, de lazer, de incentivo à participação das mulheres, jovens e crianças e do fortalecimento dos assentados como base social organizada do Movimento atuam nessa perspectiva. Nessa lógica, passou a ser objetivo do Movimento a colonização de todos os espaços sociais da vida de assentados e acampados, no sentido de torná-los canais por onde circulem seus discursos e de subordiná-los à dinâmica da “mobilização permanente” apregoada pela organização.

A produção e veiculação da “memória da luta”³ assumiria também o papel estratégico de construir a compreensão entre os assentados que a “conquista” da terra deveria servir como exemplo de que “novas conquistas” (não apenas a infra-estrutura para o assentamento, crédito agrícola, saúde, estradas, educação; mas também a transformação política da sociedade) somente são possíveis através da luta e da organização (MST). Ou seja, a “memória da luta” passava a ser instrumentalizada no sentido de perenizar os laços de ligação e vinculação político-ideológica dos trabalhadores rurais assentados ao Movimento.

O Assentamento 16 de Março como espaço modelar de intervenção do MST

A atribuição de um sentido estratégico à produção e difusão da “memória da luta” pelo MST tem grande visibilidade nos processos que marcaram e ainda marcam a vida dos agricultores componentes do Assentamento 16 de Março, localizado em Pontão, região do Planalto Gaúcho no Rio Grande do Sul e formado por 81 famílias.

O 16 de Março constitui um exemplo paradigmático de um assentamento marcado pela intervenção do MST, apresentando boa parte daquelas características que são propagadas pela organização, como a presença de uma cooperativa de produção agropecuária, uma agrovila, uma escola que seguiria as diretrizes pedagógicas propugnadas por seu Setor de Educação e, principalmente, uma forte implantação de suas estruturas organizativas básicas – os chamados “núcleos do MST”. Soma-se a esses componentes o fato que o 16 de Março é um produto da luta social empreendida a partir do emblemático Acampamento da Fazenda Annoni⁴, formado por cerca de 1.500 famílias provenientes de

³ O MST, particularmente em seu Setor de Educação, passaria a produzir um conjunto reiterado de publicações destinadas às escolas dos assentamentos e acampamentos que assumiam o papel de veicular a “memória da luta” como matéria de ensino para as crianças “sem terra”. Ver, por exemplo, MST s.d.; 1996; 1998 e 1999b.

⁴ O Acampamento da Fazenda Annoni foi considerado pelo jornal Zero Hora um dos “100 fatos que marcaram o Rio Grande” no Século XX e construído como “um marco na luta pela posse da terra: o maior acampamento de agricultores do país é montado na Fazenda Annoni, na década de 80” (Jornal Zero Hora, 1999, s.p.).

32 municípios das regiões do Alto Uruguai e Missões, na madrugada de 29 de outubro de 1985.

O Acampamento da Fazenda Annoni representou, pelo menos até meados de 1987, a principal prioridade do MST no Rio Grande do Sul, na medida em que envolvia um grande número de famílias e a entidade tinha dificuldades de organizar e acompanhar novos acampamentos. Nele se concentraram todos os esforços da organização, tanto em termos de negociação e mobilização social para que as famílias fossem assentadas, quanto no trabalho de formação política e produção dos militantes responsáveis pela estruturação e expansão do Movimento no Estado. Na segunda metade da década de 1980, as principais lideranças estaduais e mesmo nacionais do MST provinham, em boa medida, daquele acampamento e quando se falava do MST gaúcho havia uma nítida identificação com os acampados da Fazenda Annoni.

No Rio Grande do Sul, até pelo menos a primeira metade dos anos 1990, a Annoni, ainda que não constituísse um assentamento oficializado, tornou-se uma espécie de “laboratório do MST”⁵, onde a entidade passaria a centralizar iniciativas devotadas a produzir uma espécie de experiência-modelo de suas propostas, seja em termos de viabilização econômica ou no que se refere à manutenção da vinculação política e ideológica dos agricultores com a organização. Na ótica dos dirigentes, o Acampamento da Annoni apresentava todas as condições para a construção de um espelho que pudesse refletir as diretrizes do Movimento e legitimar política e economicamente o processo de reforma agrária no Estado e no país.

No sentido de conformar esse espaço modelar, recorrentemente o MST colocou em prática entre os assentados um conjunto de estratégias que visaram instituir como verdade hegemônica a idéia de que o assentamento constituía o produto exclusivo da luta empreendida pelos “sem terra” (corporificados, politicamente, no MST), simbolizada pela formação do acampamento. Nessa (re)construção do passado, silenciava-se ou mesmo desprezava-se o papel desempenhado pelos chamados “parceleiros”, 54 famílias que haviam sido instaladas na

⁵ Expressão usada por uma das principais lideranças do MST e do Acampamento durante a década de 1980, hoje agricultor no Assentamento 16 de Março.

Fazenda Annoni pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em 1974, portanto, anteriormente à própria formação do Acampamento. O assentamento desses agricultores fazia parte da execução do Projeto Integrado de Colonização Sarandi, que, após o ato de desapropriação da fazenda, em 1972, previa o estabelecimento de, aproximadamente, 189 famílias atingidas pela construção da Barragem do Passo Real (INCRA, 1975). A operacionalização do restante do projeto, no entanto, foi sustada ainda no ano de 1974, quando os proprietários da Fazenda questionaram judicialmente a ação desapropriatória e a área foi declarada em *status quo*, isto é, insusceptível de qualquer intervenção das partes em litígio (INCRA e proprietários).

Memória hegemônica e memória subterrânea: a (re)construção do passado nos embates políticos do presente

“Sem terra” e “parceiros” constroem narrativas cujos marcos biográficos fundamentais são substancialmente diferenciados. Enquanto os primeiros procuram retrair uma trajetória de vida que tem no “tempo de acampamento” uma referência que implica rupturas fundamentais em suas histórias individuais e coletivas, os segundos compõem narrativas centradas em outras referências, particularmente na afirmação de sua legitimidade como beneficiários preferenciais da ação estatal na execução do Projeto de Colonização da Fazenda Annoni. Essas (re)construções diferenciadas do passado se dão circunscritas ao campo de conflitos que se desdobra atualmente no interior do Assentamento 16 de Março, representando estratégias de (des)legitimação dos diferentes grupos em confronto – enquanto os “sem terra” são aqueles assentados politicamente vinculados ao MST, os “parceiros” e “filhos de parceiros” são aqueles agricultores majoritariamente identificados como dissidentes das propostas do Movimento para a organização e estruturação do Assentamento.⁶

⁶ Os “parceiros” e “filhos de parceiros” são identificados como grupo politicamente dissidente na medida em que não participam das atividades de mobilização social patrocinadas pelo MST, não são filiados à COANOL (Cooperativa Agropecuária Novo Sarandi Ltda., vinculada ao MST), não votam no Partido dos Trabalhadores e não participam da Associação Comunitária do Assentamento.

Os relatos biográficos tecidos por aqueles assentados que participaram da formação do acampamento ressaltam, de sobremaneira, trajetórias marcadas intensamente pela precarização das condições sociais de existência a partir do final da década de 1970, quando as possibilidades de reprodução da agricultura familiar sulista foram seriamente comprometidas pelo processo de “modernização conservadora” da agricultura brasileira. Filhos de pequenos proprietários impossibilitados de acesso por herança ao escasso patrimônio fundiário dos pais, parceiros, assalariados e pequenos arrendatários constituem as posições sociais predominantes entre aqueles que optaram, em outubro de 1985, por romper com o cotidiano de suas vidas e partir para uma experiência jamais vivida: o acampamento, a ocupação de terras pertencentes a proprietários privados.

São os diferentes itinerários de vida que passo a (re)construir tomando por base os relatos produzidos durante meu trabalho de campo, entendendo que constituem, em suas especificidades, trajetórias socialmente partilhadas por diferentes categorias de trabalhadores rurais sulistas que participaram no processo de ocupação da Fazenda Annoni e que hoje vivem em diversos assentamentos espalhados pelo interior do Rio Grande do Sul. Afinal, como propõe Maurice Halbwachs (1990), toda memória individual está articulada a uma memória coletiva, sendo expressão de uma dada reconstrução do passado socialmente partilhada por indivíduos inseridos em um determinado contexto social.

Gilberto tem cerca de 40 anos e é o atual Coordenador Geral do Assentamento 16 de Março. A história de vida por ele narrada tem como marcos biográficos elementos que constroem a memória da luta social pela terra no Estado. Membro de uma família de oito irmãos, vivenciou a dramática expulsão dos chamados “colonos de Nonoai” pelos índios kainkangs, no final da década de 1970. “Naquela época, nós era meio piaçotão ainda, e daí houve o despejo da área dos índio. Os índio requerero a área deles de volta naquela época. E aí nós não tinha prá onde ir, voltamo prá terra dos parente nosso aqui em Liberto Salzano e aí ficamo um tempo lá” (entrevistado pelo autor em janeiro de 2000). Mobilizados por agentes religiosos da região e por técnicos ligados à Secretaria de Agricultura do Estado, Gilberto e sua família, juntamente com outras 109, estiveram envolvidos na ocupação

da Gleba Macali da Fazenda Sarandi, em Ronda Alta, em 7 de setembro de 1979. Foram assentados pelo Governo do Estado, no ano seguinte, na própria Macali; todavia, não deixaram de sentir os mesmos desafios e impasses vivenciados pelo campesinato meridional: aliado às dificuldades de viabilização do processo produtivo e conseqüente processo de endividamento apresentava-se o reiterado problema da insuficiência de terra capaz de permitir a reprodução do conjunto de filhos como agricultores.

Enquanto solteiro, essas dificuldades tinham maiores possibilidades de serem enfrentadas, mas a constituição de um novo núcleo familiar representou a necessidade de pensar e materializar estratégias que até então eram apenas superficialmente aventadas. Tanto o exemplo da história familiar, quanto a formação do Acampamento da Encruzilhada Natalino, constituíram decisivos elementos estimuladores ao envolvimento de Gilberto e mais dois irmãos no processo de luta pela terra a partir de 1983.

Após tomar parte, juntamente com outras 30 famílias, de uma frustrada tentativa de ocupação de uma área pertencente ao Governo do Estado e previamente destinada ao assentamento de agricultores desabrigados pela construção da Barragem do Passo Real, Gilberto e seus irmãos passaram a participar ativamente dos “núcleos de sem terra” que estavam sendo formados na região por iniciativa de agentes de pastoral e sindicalistas.

“E daí eu comecei participá das reunião do Movimento Sem Terra e começamo a vê que era importante nós começá a se organizá. Mas eu, num primeiro momento, eu comecei ir nas reunião dos sem terra mais prá representá eu e mais meus mano né. Só que a gente viu a importância de começá de reuni mais gente, de somá força prá vim prá Fazenda Annoni, porque naquela época o sonho era ocupá a Fazenda Annoni.” (Gilberto)

Seria, portanto, no interior do “núcleo de sem terra”, envolvendo principalmente os filhos de assentados da Macali e Brilhante, e sob influência do trabalho de pastoral desenvolvido pelo Pe. Arnildo Fritzen, então Pároco de Ronda Alta, nas chamadas Comunidades Eclesiais de Base, que Gilberto se produziria e seria produzido como liderança

envolvida na organização de famílias que participariam da ocupação da Fazenda Annoni:

“A gente trabalhô um ano, um ano e meio, se organizando, participando de reunião e tal... Daí eu passei a sê um coordenador daquela região ali, que era Macali, Brilhante e outras localidades vizinhas ali. E nós viemo acampá na Fazenda Annoni com 86 família, que eu consegui a corrê, coordená e organizá né. Daí quando ocupamo eu já entrei como se fosse um coordenador daquelas 86 família e aí continuei...”
(Gilberto)

Ainda que apresente a especificidade de ser filho de assentado, a história de vida de Gilberto reproduz a trajetória mais comum entre aqueles que hoje residem e trabalham no Assentamento 16 de Março: filhos de pequenos proprietários fundiários impossibilitados de transmitir aos herdeiros um patrimônio fundiário capaz de viabilizar a constituição de um novo núcleo familiar.

Outros trabalhadores rememoram um itinerário marcado por uma relação extremamente precária com os meios de produção. É o caso, por exemplo, de Oscar e Odete, meeiros que, repentinamente, se viram desprovidos dos poucos pertences que haviam adquirido em virtude de um endividamento bancário ocasionado pela compra de um trator no ano de 1978. Tornados assalariados temporários, passaram a ver na mobilização coletiva de luta pela terra a alternativa mais adequada à situação de miséria e exclusão social em que estavam mergulhados.

“Aí vendê tudo aquilo prá pagá o banco! Vendemo tudo, mas também pagamo. Aí, o que tu ia fazê? Sem casa, sem terra... Aí que surgiu a idéia.... Isso era em janeiro de 84. Aí se organizemo com as família, sabe, nós trabalhava prá um granjeiro, nós comentava lá na granja, na roça, no caminho quando nós ia prá igreja, que nós tinha que parti prá ocupação, porque nós não tinha mais como vivê. Não tinha mais. O que tu trabalhava, tu comia tudo.” (Odete, assentada, entrevistada por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2000)

O comum desses diferentes relatos é que a decisão de acampar não se dá de forma isolada e nem como decorrência natural das necessidades

econômicas. Ela constitui o resultado de todo um intenso trabalho desenvolvido por agentes de pastoral e sindicalistas do norte do Rio Grande do Sul que apresentavam aos agricultores uma alternativa à difícil situação vivida: a estratégia da mobilização, da luta social através da ocupação de terras consideradas improdutivas.

“Foi um padre da paróquia que chegou na nossa casa e disse: ‘Nós temos uma reunião tal dia e vocês dois vão participá’. Então a gente pegou, participamos da reunião e daí que o padre deu o pontapé inicial: ‘Daí que, a partir de o dia de hoje, nós temos discutindo a questão do Movimento Sem Terra.’ Aí começamos a nos organizar, sonhando com a tal terra prometida. Prá mim, quem começou foi o padre. Um padre da paróquia disse: ‘Oh, é por aqui o caminho.’ E nós seguimos.” (Manoel, assentado, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

Os marcos estruturais recorrentes dos relatos daqueles que participaram do Acampamento da Annoni são dados, sobretudo, pela afirmação de que o acampamento constituía um acontecimento extraordinário em suas vidas, momento em que a coragem se sobrepôs ao medo diante das incertezas decorrentes da experiência de algo nunca antes vivenciado. É, por isso, que muitos relembram com muita precisão de minúcias tanto as sensações e os acontecimentos que imediatamente antecederam a entrada na Fazenda Annoni como aqueles vivenciados na madrugada de 29 de outubro de 1985 (o corte da cerca, a derrubada de árvores, a construção das barracas, a instalação do fogão, o cuidado com a alimentação e com as crianças, etc.).

O “tempo de acampamento” é (re)construído como um tempo/ espaço difícil, marcado por privações e dificuldades de toda ordem; mas também heroicizado e glorificado como tempo de conflitos, de enfrentamentos. Majoritariamente, o acampamento é edificado discursivamente como o sacrifício imprescindível para a conquista da “Terra Prometida”, revelando a forte influência do trabalho de mediação política efetuado por agentes religiosos ligados à CPT – Comissão Pastoral da Terra; além disso, é reiterada uma construção discursiva que afirma que a “conquista da terra” só se deu também pela ação de representação política desempenhada pelo MST.

Os relatos de vida de Gilberto, Oscar, Odete e Manoel constituem apenas alguns das, aproximadamente, 1.500 famílias que na madrugada de 29 de outubro de 1985 adentraram na Fazenda Annoni e levantaram o maior acampamento de agricultores sem terra até então registrado no país. Não obstante, suas experiências de vida não englobam a totalidade das trajetórias daqueles que participaram ativamente nos desdobramentos do que seria, futuramente, o Assentamento 16 de Março.

Muitas vezes colocados à margem da história por um trabalho social de enquadramento da memória que procura associar a formação dos assentamentos na Annoni como decorrência “natural” do acampamento e da ação política do MST, as famílias de “parceiros da Annoni”⁷ constituíram um grupo social e politicamente significativo nos acontecimentos que se deram no interior do acampamento e que se dão hoje no Assentamento.

Lourenço tem cerca de 45 anos e é filho de um dos “parceiros da Annoni”. A narrativa de sua história de vida é construída tomando como marcos biográficos processos sociais bastante diferenciados daqueles expostos pelos “acampados da Annoni”. Enquanto os “acampados” constroem seus relatos dando centralidade às motivações e circunstâncias que os levaram a se inserir em um processo de mobilização social, os “filhos de parceiros” procuram legitimar sua inserção no Assentamento através de práticas discursivas que reafirmam que a Fazenda, inicialmente, estava destinada ao estabelecimento das famílias atingidas pela Barragem do Passo Real e não para reforma agrária.

Se os “acampados” utilizam como arma discursiva o relato da luta e do sofrimento no período de acampamento para afirmar o assentamento como “conquista do acampamento” e da ação organizada do MST, os “filhos de parceiros” contrapõem afirmando que seus pais lutaram e sofreram tanto ou mais que os “acampados”.

“Aquela época não podia lavrá, a polícia não deixava. Uma vez que tentemo lavrá, fomo tudo preso, o dia inteiro. A

⁷ “Parceleiro” é uma designação criada no âmbito das instâncias estatais responsáveis pela execução dos chamados “projetos de colonização”. “Parceleiro”, nessa ótica, é aquele beneficiado pelas políticas públicas com uma “parcela” ou “lote” de terra.

família era grande, vinha pouca comida do Incra. Passamo muita dificuldade. Até fome se passava! Porque eles não deixavam lavrá a terra prá plantá e não vinha recurso. Então foi difícil né. Colégio também nós não tinha. Quando tinha professora ela não ficava, porque não tinha luz, não tinha água, não tinha onde pará. Então foi muito difícil prá nós né.” (Lourenço, filho de parceleiro, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000)

Submetidos à repressão policial e dos empregados da Fazenda, os “parceleiros” contam que por quase 20 anos seus pais utilizaram diferentes estratégias visando plantar nem que fosse uma pequena porção de terra que viabilizasse a subsistência da família, visto que a alimentação fornecida pelo INCRA era bastante escassa.

Tal situação colocava a necessidade, por exemplo, de buscar obter os meios de subsistência por outros meios, como através do assalariamento temporário entre os “granjeiros”⁸ da região. Essa situação começou a ser alterada a partir de 1983, quando um acordo entre o INCRA, os proprietários, a Justiça e uma Comissão de Deputados da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul propiciou que pudessem passar a cultivar seus lotes. Mesmo assim, os conflitos com os proprietários prosseguiram, na medida em que periodicamente o gado da Fazenda era solto em meio às plantações dos agricultores, danificando-as.

Após quase 20 anos no interior da Fazenda, uma preocupação comum aos pequenos agricultores começou a surgir entre os “parceleiros”: as dificuldades de transmissão do escasso patrimônio fundiário aos herdeiros. Lentamente começou a se gestar a reivindicação que os filhos de parceleiros tivessem a prioridade de assentamento quando as terras da Annoni fossem finalmente desapropriadas.

“Porque nós entendíamos que filho de parceleiro teria direito a mais porque muitos quase que nasceram aqui. A gente não pode estudá, ajudando o pai, a gente entendia quase que

⁸ No norte do Rio Grande do Sul, são considerados “granjeiros” aqueles produtores agrícolas que desenvolvem um sistema de produção (geralmente trigo-soja) em bases empresariais, com larga utilização de meios de produção de origem industrial e mão de obra assalariada.

era herdeiro da Annoni. E, de repente, houve algumas divergência entre os acampados e filhos de parceleiro e parceleiros também. Por exemplo, eles até não reconheciam nós como alguém que tinha prioridade prá pegá terra na Annoni. Eles não reconheciam muito né. Que seriam mais eles, no caso, que entraram aqui, enfrentaram um acampamento e tudo.” (Célio, filho de parceleiro, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000)

O cotidiano dos parceleiros da Annoni foi substancialmente modificado com a formação do Acampamento. Principalmente para os filhos que vinham reivindicando o assentamento na área, a criação do acampamento passaria a representar uma ameaça a seus interesses e reivindicações, ocasionando uma relação de estranhamento e incompatibilidades que se desdobraria, posteriormente, em diferenciações políticas.

“Então, por exemplo, a própria visão da gente... a gente chegava e ficava quase revoltado: ‘Bah, mas nós aqui do costadinho fazendo esse clima aqui. Agora, tanta gente... vão pegá e tirá o direito da gente né!’ Quer dizer, a gente não tinha muita essa coisa de se organizá.” (Célio, filho de parceleiro, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000)

Portanto, à glorificação do “tempo de acampamento” se contrapõe um outro olhar sobre o passado que configura como tempo de luta não o desenrolar do acampamento, mas o período anterior marcado pelos confrontos dos parceleiros com os proprietários da Fazenda e com a Polícia. Para os parceleiros, o acampamento é construído como motivo de ameaça a suas reivindicações e interesses e como propiciador de novos conflitos e divergências.

Em janeiro de 2000, das 81 famílias existentes no Assentamento, em torno de 6 (7,5%) não eram filiadas à COANOL e explicitamente se diziam como não pertencentes às fileiras do MST, não participando, portanto, de nenhum dos 11 núcleos organizativos do Movimento criados no 16 de Março (por isso, designados internamente como “não-nucleados”). Mostrando como esse tipo de diferenciação perpassa o Assentamento em todos os seus espaços e dimensões, esse grupo de “dissidentes” também não se envolve nas atividades sociais e esportivas da Comunidade 29 de Outubro, optando por filiarem-se à Comunidade

do Rio Bonito, fundada pelos “parceiros” da Annoni quando de sua chegada à Fazenda em meados da década de 1970.

“Eles (os parceiros e filhos de parceiros) são contra o Movimento. Tem uns que não aceitam nada. Não ajudam. E se vão fazê uma reunião lá com eles, dá briga. São meio entre eles só. Até na Igreja, até no balãozinho as mulher não se acertam muito.” (Conceição, assentada, entrevistada por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2000)

Os agricultores “não-nucleados” são, em sua grande maioria, os filhos de parceiros que tiveram um papel ativo na formação da AGRA no período de acampamento. Após um período de adesão ao Movimento, propiciado principalmente pelos mecanismos de controle do repasse dos recursos do PROCERA, muitos decidiram romper politicamente, se desfilando da COANOL num passado recente ao período em que fazia minha pesquisa de campo.

As feridas abertas por esse processo conflituoso e, sobretudo, o controle exercido pelas lideranças do Assentamento sobre seu discurso, me colocaram enormes empecilhos para que pudesse ter contato com esse grupo. Como estratégia de resistência, os “dissidentes” tinham optado pelo silêncio, repetindo seguidamente que não desejavam conversar sobre os problemas de relacionamento com a Comunidade, com a COANOL e com o MST. Alguns claramente argumentavam que tinham medo de represálias ao falarem sobre fatos e processos que as lideranças “não iriam gostá, que pode dá rolo” e que só poderiam falar alguma coisa desde que não fosse gravado. Legitimavam essa sua posição alegando que numa pesquisa anteriormente realizada haviam concedido entrevistas que teriam sido instrumentalizadas pelas lideranças para criticá-los e ameaçá-los com sua expulsão dos quadros da Cooperativa.

O silêncio dos “dissidentes” tem razões complexas, onde o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável inserem-se nas redes de poder que atravessam aquele espaço social. Calar sobre o passado não significava necessariamente um ato falho ou um simples esquecimento: por um lado, cumpria a função de jogar à sombra acontecimentos que implicariam empecilhos, desconfortos nas possibilidades de convivência social no presente. “Não mexer com isso” representava um

verdadeiro trabalho de gestão da memória individual visando preservar as condições de diálogo com o universo social próximo, de convivência amigável com a vizinhança, por exemplo. Por outro lado, o não-dito está também relacionado a processos de controle político dos discursos, isto é, às condições de possibilidade de que algo possa ser dito em relação ao regime de verdade vigente; o silêncio pode estar relacionado a possíveis punições pelo que se diz, aos riscos de ser mal interpretado, de sofrer sanções ou recriminações.

Em conseqüência, das seis famílias, somente uma aceitou realizar a entrevista, depois de muita insistência da minha parte. Precisei, no entanto, provar que era professor universitário e não alguém a serviço do MST. Além disso, tive que prometer que o assunto principal da conversa não seriam os problemas que tinham recentemente vivenciado, mas toda sua trajetória de vida.

A condição de falar somente sobre sua história e não sobre os conflitos revelava a existência de mecanismos de constrangimento à livre produção e circulação de discursos no interior daquele espaço social: discursos dissidentes ao hegemônico eram relegados ao silêncio, restringidos, quando muito, ao espaço doméstico, não devendo atingir a esfera pública. O que, todavia, o meu entrevistado não percebia é que sua atitude tinha ao pesquisador pleno significado sociológico, não apenas porque seu silêncio deveria ser interpretado na trama conflituosa que tece o cotidiano do 16 de Março, mas também porque sua explícita disposição em falar sobre sua trajetória indicava, consciente ou inconscientemente, que desejava dar visibilidade a fatos e processos secundarizados pela história hegemônica dos períodos de acampamento e assentamento.

Meu entrevistado queria dar voz a uma história silenciada pelo discurso dominante, dar emergência a uma memória subterrânea: a vida e luta dos “filhos de parceiros”. Seu relato deslumbrava um processo de batalha pela memória verdadeira do 16 de Março, procurando legitimar a posição desse grupo no interior do espaço social através da afirmação de que o Assentamento não seria o produto do Acampamento, “como afirmam alguns”, mas do sofrimento e da luta enfrentada pelos parceiros e seus filhos desde a década de 1970.

“A gente lutou, sofreu muito mais que o acampamento... Eles tinham que tê mais respeito pela gente. A pessoa tinha que

sê mais respeitada, na minha opinião. Então, eu já me isolo um pouco nesse lado aí... por vários fatores. Porque misturam coisas dentro da Comunidade... coisas que a gente não gostaria que eles misturassem!” (Lourenço, filho de parceleiro, assentado).

Nesse sentido, o relato de sua história de vida assumia a função estratégica de legitimar a posição dos “parceiros” e “filhos de parceiros” no interior do Assentamento, dando condições de visibilidade a uma história pessoal e coletiva ocultada e subalternizada pelo discurso dominante.

A escola e o trabalho de construção da “memória da luta”

Historicamente o MST tem privilegiado o espaço escolar nos acampamentos e assentamentos hegemonzados politicamente pela Organização como uma área de intervenção estratégica voltada a “ocupar a escola”, isto é, vinculá-la ao projeto político e à própria estrutura organizativa do Movimento, fazendo de “cada escola conquistada uma escola do MST” (Caldart, 2000, p. 160). Essa busca de identificação da Escola 29 de outubro, no Assentamento 16 de Março, como uma “escola do MST” se reflete, por exemplo, na recorrente presença no espaço escolar (em seus murais, paredes de corredores e salas de aula) de símbolos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esse fenômeno fica particularmente evidenciado pela pintura, na parede externa da Escola, de uma enorme bandeira do Movimento, indicando, supostamente, que aquele espaço sócio-educativo está “ocupado” e seguindo as diretrizes e orientações pedagógicas propugnadas pela Organização.

O Movimento, principalmente a partir dos primórdios da década de 1990, passou a compreender a escola como um lugar privilegiado para uma dada e específica “formação política”, alinhada às concepções e propostas advogadas pelo Movimento, agenciando-a como um dispositivo direcionada à própria (re)produção de suas instâncias organizativas na medida em que lhe era atribuída a tarefa de produzir militantes e lideranças. As crianças e jovens, nesse sentido, são objeto de práticas discursivas que visam conformá-las à categoria “sem terra”,

mesmo sendo filhos e filhas de agricultores que conquistaram o acesso à propriedade fundiária. Cabe às escolas do ensino fundamental vinculadas ao MST um trabalho de construção da identidade do “sem terra”, da criança que começa a se sentir como pertencente à organização e diretamente participante nas mobilizações políticas promovidas pelo Movimento.

O objetivo estratégico do trabalho pedagógico é a produção da “Criança Sem Terra”. Ser “Criança Sem Terra” é mais do que ser apenas criança, é mais do que ser criança sem terra, é ser criança sem terra com letras maiúsculas, isto é, criança pertencente às fileiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. “Nessa condição, elas já não têm outra referência. O Movimento é sua família maior” (MST, 1999a, p. 19).

Na Escola 29 de Outubro, a prática do resgate da “memória da luta” constitui uma estratégia devotada à produção de um sentimento de pertencimento coletivo, à conformação da identidade da “criança sem terra”. Observe-se como o próprio nome da escola serve a esse intuito, na medida em que ela relembra cotidianamente e enraiza nos corações e mentes de crianças e adultos assentados a data de formação do Acampamento da Fazenda Annoni. Em última instância, se quer associar que a própria “conquista” da Escola é fruto da luta empreendida pelos trabalhadores, materializada e simbolizada no acampamento.

Esse trabalho de produção e difusão da “memória da luta” no espaço escolar, estimulado pelas lideranças do Assentamento e do MST que nele vêem um mecanismo de inculcação entre as crianças de que “a luta é o único caminho para se conquistar as coisas” (Aurélio, assentado, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000), se dá através de um conjunto diversificado de iniciativas.

Por exemplo, nas efemérides da chamada “Semana Farroupilha”, em 20 de setembro de 1996, em vez do tradicional desfile que resgata os “heróis” da resistência gaúcha ao poder centralizador imposto pelo Império, os alunos da Escola, incentivados pelos professores, mostrando que “esta escola surgiu da força e organização”, resolveram aproveitar a oportunidade para “contar e representar a história da luta de um povo” (Escola Estadual 29 de Outubro, 1996, p. 1), a história da luta daqueles homens, mulheres e crianças que deu origem aos vários assentamentos existentes no município e na região.

O objetivo, portanto, é afirmar que a realidade presente vivida pelos agricultores (positivamente afirmada como proprietários de sua terra, de agricultores familiares que produzem alimentos e que têm condições dignas de vida) é fruto da organização e da luta coletiva. No entanto, essa homenagem omite a trajetória de vida de parceiros que viviam no interior da Fazenda Annoni anteriormente à formação do acampamento, na medida em que propõem a contar a “história a partir de 1985, pois foi a partir desta data que definiu-se a situação da Fazenda Annoni onde há 14 anos encontrava-se na justiça sem definição” (Escola Estadual 29 de Outubro, 1996, p. 1). Em contrapartida, visa-se dar plena visibilidade à luta dos acampados, associando a “conquista do assentamento” diretamente a essa estratégia de enfrentamento social.

A partir de 1998, o Assentamento conseguiu também que a Escola participasse diretamente da organização e desenvolvimento das comemorações anuais de aniversário da ocupação da Fazenda; assim, na semana de 29 de outubro, se promovem, no interior da Escola, atividades destinadas a reconstruir o dia-a-dia de dificuldades e de conflitos vivenciados pelos pais dos alunos no “tempo de acampamento”: pesquisas, com o recurso das histórias orais relatadas pelos assentados, palestras, murais, vídeos, encenações teatrais e a montagem de um “barraco de lona” similar àqueles existentes no Acampamento são alguns dos recursos utilizados nesse trabalho de (re)produção da “memória da luta”.

“Então a gente acaba conversando, falando como foi (o acampamento), prá eles fazê a redação deles. Daí até tá ajudando prá não entrá em esquecimento pros filhos. O colégio, queira ou não queira, é uma grande força que a gente tem na mão, os professor tem o interesse de mantê a história da Annoni... porque, queira ou não queira, a Annoni foi o começo do MST...” (Arnaldo, assentado)

Essa mesma perspectiva se repetiu com a participação dos alunos da Escola no 2º Concurso Nacional para as Escolas e os Estudantes do MST, realizado em 1999 e intitulado *1999: Feliz Aniversário MST*, inserido nas comemoração dos 15 anos de existência do Movimento e que procurava “cultivar a memória da luta pela terra e pela Reforma Agrária em cada uma das nossas comunidades” (MST, 1999b, p. 8).

Ainda que as normas do Concurso afirmassem que “cada escola poderá definir o jeito de fazer a pesquisa”, constata-se um conjunto bastante amplo de prescrições tanto referentes à forma do trabalho, quanto em relação ao conteúdo da pesquisa histórica. Não se pretende fazer emergir qualquer memória, mas uma memória determinada: aquela que ressalta a unidade do grupo, seu passado comum de lutas, seu pertencimento à organização MST, enfim, a memória que trabalha no sentido de produzir a identidade do “sem-terra”. Propõe-se, assim, aos participantes, que o trabalho de pesquisa deve ser desenvolvido através de “entrevistas que tragam a *memória* de todas as lutas realizadas pelo assentamento ou acampamento até hoje” (MST, 1999b, p. 9, grifos do autor).

Trabalho da memória que tem o sentido político-estratégico de manter o vínculo do assentamento ou do acampamento com o Movimento através dos laços da história. Produzir uma memória que cruze a história do assentamento com a história do Movimento, que ressalte que o assentamento só foi possível através da organização dos trabalhadores em torno do MST. Um trabalho da memória, portanto, diretamente vinculado a necessidades políticas do presente: reafirmar a importância do assentado pertencer ao Movimento.

Processo de reconstrução do passado que não significa o simples levantamento de um passado trilhado em comum, mas que, sobretudo, crie as condições de possibilidade de orientar a construção do futuro desejado. “O caminho é ainda longo e extenuante, mas olhando para trás temos certeza da vitória” (Idem, p. 25). Ou seja, resgatar a memória adquire uma dimensão plenamente político-pedagógica que é a do (re)aprendizado constante das “lições tiradas da história”, que os sem-terra podem se tornar “sujeitos de sua própria história” e de que “lutar sempre vale a pena”. A rememoração do passado traz em si a possibilidade de vermos o presente não como uma realidade fixa e imutável, mas como produto humano, como um momento de passagem, uma ponte através da qual o passado constrói o futuro; nesses termos, o “trabalho da memória” opera na construção de um grupo mobilizado, ativo, capaz e desejoso de transformar a realidade presente.

Quais os objetivos estratégicos desse cultivo da “memória da luta”? Na ótica das lideranças do MST, ela constitui um instrumento privilegiado de revivificar permanentemente entre os assentados não

apenas o sentimento de que o assentamento constitui uma conquista da luta coletiva empreendida pelos “sem terra” e sua Organização, mas também de que é preciso aprender a lição de que a “luta continua”, que é preciso participar do Movimento para que novas conquistas sejam possíveis. Ou seja, além da construção de uma identidade coletiva de “sem terra”, se objetiva sedimentar os laços de identificação do Assentamento com o MST.

Em decorrência, a seleção dos trabalhos também obedece a determinados parâmetros pré-configurados: é uma determinada história ou memória que se quer continuar a (re)produzir; uma reconstrução que busca solidificar específicos acontecimentos, personagens e lugares. Não obstante, uma memória que apaga os vestígios pessoais e as marcas de uma trajetória que não se enquadra nas fronteiras delimitadas pelo aparato discursivo do Movimento; que obscurece os conflitos e as percepções divergentes; que sombreia os acontecimentos discordantes da linha narrativa linear construída e difundida pelo Movimento; que renega antigas lideranças que hoje já não se enquadram nos pressupostos pregados pelo Movimento; e que joga para um plano secundário toda a riqueza de percursos individuais marcados por incertezas, desconfianças, recuos, discordâncias, em nome de uma história linear e totalizante.⁹

Memória hegemônica, legitimada e agenciada pelo Movimento, que procura obscurecer memórias subterrâneas, conflitivas, não oficiais. Enquadramento do passado a partir dos conflitos políticos do presente, a memória dominante do Acampamento da Annoni busca configurar o Assentamento 16 de Março como decorrência exclusiva da luta dos “sem terra” acampados, obscurecendo ou omitindo a participação de parceiros e filhos de parceiros (base social de oposição política ao MST na região) nesse processo.

⁹ Em acordo com minha postura epistêmica, rejeito qualquer pretensão de qualificar memórias verdadeiras e falsas; intento tão somente inseri-las nos embates sociais e políticos que tecem o Assentamento 16 de Março. Enfim, não pretendo “... tentar decidir a história de quem é a ‘correta’ (como faria um juiz) ou provar que o que tomamos como realidade é uma ilusão (como faria um filósofo), mas usar as histórias para reconstruir as atitudes e valores dos narradores, empregando um conflito de narrativas para compor uma narrativa de conflitos.” (Burke, 2000, p. 18).

“Porque eles (os parceiros) tavam aqui 16 anos antes e não tinham nenhuma comunidade! Fomo nós (os acampados) que montemo a comunidade! Nós já temo o início de uma Igreja lá, temo um salão grande que conquistemo com a organização... Antes não tinha nada! 16 ano que eles tavam ali e nem a terra era liberada prá eles! Nós que conseguimos liberá a terra!” (Vera, assentada, entrevistada por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2000)

Numa batalha pela apropriação do passado, parceiros e filhos de parceiros, por sua vez, constroem uma outra versão para a história, procurando estrategicamente atribuir o Assentamento como produto das reivindicações e mobilizações anteriores ao próprio acampamento, dando visibilidade às fissuras e limites do trabalho de enquadramento da memória.

“O acampamento esse que surgiu em 85 tem que dá graças aos parceiro que eles ficaram ali! Só que na realidade, hoje, não é reconhecido isso aí. Mas eles [do MST] não querem nem ouvi a história! Não querem nem sabê a história dos filho de parceiro! Eles querem sabê da história deles só.” (Lourenço, filho de parceiro, assentado)

Na luta pela legitimação da memória verdadeira, os “filhos de parceiros” se percebem como um grupo marginalizado no espaço escolar, na medida em que “o ensino da escola tá sendo muito em cima do que o Movimento diz que foi a história” (Odete, filha de parceiro, assentada). Reclamam, por exemplo, que seus filhos trazem para casa como tarefa uma redação que resgate a história da vida no “tempo de acampamento” contada pelos pais; vêem-se, assim, na situação constrangedora de ter que explicar aos filhos que não participaram do acampamento e que, portanto, não podem fazer a redação nos moldes propostos pela professora.

Igualmente interessante é a participação da Escola 29 de Outubro na construção da identidade do “sem terrinha”, de crianças-assentadas modelares, “conscientes da história” e que percebem o Movimento como sua “família maior”. Em 1999, nove alunos da Escola participaram do III Encontro Estadual de Sem Terrinhas, que ratificava o trabalho permanente de revivificação da “memória da luta” através da

temática “Somos filhos e filhas de uma história de luta”; em seu retorno, elaboraram um documento de avaliação da experiência, que foi discutido no interior da escola. Nessa avaliação, alunos de 3^a a 6^a séries afirmavam que “aprendemos a ser um Sem Terrinha sem ter vergonha de assumir esta identidade e divulgar o MST” (Alunos da Escola 29 de Outubro, s.d., p. 1).

Portanto, a Escola 29 de Outubro constitui um espaço privilegiado pelas lideranças do MST e do Assentamento para a afirmação e legitimação de uma determinada memória social que dá plena visibilidade social e política aos “acampados” (hoje, afiliados ao MST) e joga na obscuridade o papel desempenhado pelos parceiros e filhos de parceiros (hoje, dissidentes do MST). Ou seja, o trabalho de (re)construção do passado insere-se na trama dos conflitos que perpassa o cotidiano presente dos agricultores e agricultoras do Assentamento 16 de Março.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE Jr., Durval M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife / São Paulo: Fundação Joaquim Nabuco / Cortez, 1999
- ALUNOS da Escola 29 de Outubro. *Avaliação do III Encontro Estadual de Sem Terrinhas*. Pontão: mimeo, s.d. (Arquivo da Escola 29 de Outubro).
- BOGO, Ademar. A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999). In: CONFEDERAÇÃO das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. *Caderno de Cooperação Agrícola*, n. 8, São Paulo, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro / Lisboa: Bertrand Brasil / Difel, 1989.
- BURKE, Peter. Desafios de uma história polifônica. *Caderno Mais!* Folha de São Paulo, São Paulo, 15 de outubro de 2000, p. 18-19.
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CAUME, David J. Assentamento 16 de Março: discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder. *XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Passo Fundo: SOBER, 2002 (a).

- _____. *A tessitura do "assentamento de reforma agrária": discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder.* (Tese de Doutorado). Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002 (b).
- ESCOLA Estadual 29 de Outubro. *Roteiro de apresentação no desfile de 29 de setembro de 1996.* Pontão: mimeo, 1996.
- FOUCAULT, Michel (org.). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão.* Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Vértice, 1990.
- INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) / Superintendência Regional do Rio Grande do Sul. *Projeto Integrado de Colonização Sarandi:* programação operacional. Porto Alegre: 1975.
- Jornal Zero Hora. *Caderno Século XX: 100 fatos que marcaram o Rio Grande.* Porto Alegre, 15 de dezembro de 1999.
- LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos.* Petrópolis: Vozes, 1995, p. 35-86.
- MARRE, Jacques L. História de vida e método biográfico. In: *Cadernos de Sociologia: metodologias de pesquisa.* Programa de Pós-Graduação em Sociologia / UFRGS. Porto Alegre, v. 3, n. 1, 89-141, 1991.
- MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). *A história de uma luta de todos.* São Paulo: MST, Coleção Fazendo História n. 3, 1996.
- _____. *Nossa turma na luta pela terra.* São Paulo: MST, Coleção Fazendo História n. 5, 1998.
- _____. *Crianças em movimento: as mobilizações infantis no MST.* São Paulo: MST, Coleção Fazendo Escola, 1999 (a).
- _____. *1999: feliz aniversário MST.* 2º Concurso Nacional para as Escolas e os Estudantes do MST. São Paulo: MST, 1999 (b).
- MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra / Setor de Educação). *Estórias de Rosa.* São Paulo: MST, s.d..
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 3-15, 1989.

Resumo: A partir de um estudo de caso (Assentamento 16 de Março, Pontão-RS), o trabalho procura analisar como o processo de (re)produção de uma determinada memória assume funções estratégicas de controle social. Por um lado, investiga-se como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), articulando um conjunto de iniciativas, constrói e veicula uma dada memó-

ria do grupo social, no sentido de edificar sua identidade sócio-política e, conseqüentemente, assegurar que os agricultores assentados continuem a pertencer às fileiras da Organização. Por outro, aponta-se a emergência, em contraposição à memória hegemônica, de uma memória dissonante e politicamente subalterna. Enfim, objetiva-se mostrar como o trabalho de (re)construção do passado insere-se na trama dos embates políticos do presente que perpassam aquele espaço social.

Palavras-chave: memória; assentamentos rurais; MST.

MEMORIES OF FIGHT AND FIGHTS FOR THE MEMORY

Abstract: This is a case study (Assentamento 16 de Março, Pontão, RS, Brazil) which analyses how the reproduction process of a specific memory assumes strategic functions of social control. On one hand, it look for the ways the MST (Landless Workers Movement), articulating a set of initiatives, builds and spread a groups social memory, in order to build its socio-political identity, and consequently, assure that the settled farmers continue to belong to MST. On the other hand, the study points out the emergency, opposing the hegemonic memory, of a dissonant and politically subaltern memory. Finally, the objective is to show how past reconstruction work is inserted into the net of present political battles, which moves throughout that social space.

Key words: memory; rural settlements; Landless Workers Movement.